

Identidade de velhos: modos de identificação e discursos de resistência na velhice¹

Elderly identity: ways of identification and discourses of resistance in old age

Sostenes Cezar de Lima*

Priscilla Melo Ribeiro de Lima**

Maria Luiza Monteiro Sales Coroa***

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os modos de resistência identitária presentes em discursos autobiográficos de sujeitos velhos. Concebemos as práticas de resistência identitária como formas de ação social através das quais padrões identitários hegemônicos são contestados em favor da promoção e valorização de novas formas de identificação. Os discursos de resistência identitária associados à velhice constituem um conjunto de ações discursivas por meio dos quais se contesta o modo como o velho é identificado, tendo a juventude como base identitária. Na esteira da resistência, são construídas para o velho novas formas de identificação e novas formas de estar-no-mundo próprias da velhice. A partir de um embasamento teórico assentado na Análise Crítica do Discurso (ADC), e com contribuições da Psicanálise e estudos foucaultianos, buscamos mostrar nas crônicas autobiográficas de Rachel de Queiroz e Rubem Alves os discursos que constroem uma identificação dissidente para a velhice. Foram selecionadas seis crônicas, nas quais

ABSTRACT: This article aims to analyze ways of identity resistance in autobiographical discourses of old people. We conceive resistance practices of identity as forms of social action through which hegemonic identities are challenged in the promotion and development of new ways of identification. The discourses of resistance of identity associated with old age are a set of discursive actions by which the way of identifying old people based on youth identity is counteracted. In the scope of resistance, new ways of identifying and being-in-the-world which are characteristic of aging are constructed to old people. From the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA) theoretical framework with contributions of Psychoanalysis and foucaultian studies, we search to show the discourses that construct a dissident identification for the old age in the autobiographical chronicles by Rachel de Queiroz and Rubem Alves. In order to do so, we selected six chronicles in which we could find a discourse of resistance to social

¹ Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa interinstitucional “Discursos e identidades: a velhice e seus modos de resistência”, coordenado por Priscilla Melo Ribeiro de Lima e Sostenes Cezar de Lima, e desenvolvido no Curso de Psicologia (FE/UFG) e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/UEG).

* Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Docente do Curso Letras e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Bolsista do Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (BIP/UEG). E-mail: limasostenes@gmail.com.

** Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP-UFG). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Velhice (GEPEV). E-mail: primlima@gmail.com.

*** Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa e pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB).

encontramos um discurso de resistência à identificação social da velhice como dócil, assexuada e decrépita. Além do aspecto crítico, os escritores se engajam num discurso que visa à transformação dos modos de identificação do velho, especialmente a identificação que reduz o velho a um indivíduo à espera da morte.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de resistência. Poder. Identidade. Modos de identificação. Velhice.

identification of old people as docile, asexual and decrepit. Besides the critical aspect, the writers are engaged in discourses aiming to transform the way of identifying elderly, especially those which reduce the elderly to a person waiting for death.

KEYWORDS: Discourse of resistance. Power. Identity. Ways of identification. Old age.

1. Introdução

Inseridos em um quadro teórico que considera as identidades constituídas *nas e pelas* práticas discursivas, analisamos aqui seis crônicas autobiográficas – de Rachel de Queiroz e de Rubem Alves –, para mostrar discursos que constroem imagens não hegemônicas da velhice. Encontramos nas crônicas desses autores um discurso que resiste à identificação social hegemônica da velhice: dócil, assexuada e decrépita. Ambos os escritores criticam o termo melhor idade por considerá-lo uma forma de mitigar e idealizar questões sociais, políticas, corporais, afetivas presentes na vida do velho no Brasil. Além do aspecto crítico, os escritores se engajam num discurso que visa à transformação dos modos de identificação do velho, especialmente a identificação que reduz o velho a um indivíduo à espera da morte.

Os conceitos de *discurso* e *discursivo* seguem aqui os referenciais teóricos e analíticos da Análise de Discurso Crítica (ADC), como define Fairclough (2001, p. 90-91):

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.

Numa perspectiva dialética, os discursos constroem as relações sociais, os sistemas de conhecimento e de crenças e as identidades sociais, e são construídos por esses elementos. Sendo construídas nas práticas sociais e discursivas, identidades não são, assim, categorias fixas, mas, negociáveis e revogáveis (cf. BAUMAN, 2005, p. 17). Constituídos como práticas, os discursos tanto seguem no sentido de reproduzir as relações sociais, como também de

transformá-las. Nessa mão dupla, é que se sistematizam os conceitos de crítica na ADC: dialeticamente, os discursos constroem as relações de poder e são construídos por elas. Das formas mais diversas, as instituições e os grupos hegemônicos se valem de variadas estruturas e práticas sociais e discursivas para exercer poder e se assentarem em posição de extrair daí benefícios – por meio da manutenção e reprodução dessas relações. Por outro lado, a resistência se vale de práticas discursivas e sociais para transformar tais relações. Trava-se esse embate no campo da ideologia e do poder.

Para Fairclough (2001, p. 95),

em lugar de dizer que tipos de discursos particulares têm valores políticos e ideológicos inerentes, [...] [diz-se] que diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’ (Froese, 1985), política e ideologicamente de formas particulares.

Nesse processo de ‘investimento’, valores de natureza ideológica acabam por dar coerência às práticas sociais e a atender às percepções de relevância simbólica que beneficiam grupos de poder (cf. VAN DIJK, 2010, p. 48). De modo mais simplificado, podemos dizer que, quando esses grupos de poder, com o objetivo de reproduzir e manter coerentes suas posições, submetem sujeitos ou grupos sociais a situações de dominação e de exploração, instaura-se uma relação abusiva de poder. Em termos identitários, o abuso de poder se manifesta no discurso quando identidades, sociais ou individuais, são associadas a representações sociais de inferioridade, feiura, estranheza, aberração, anormalidade etc. Várias modalidades de narrativas servem de instrumento para a reprodução de valores ideológicos a serviço da manutenção do poder - as da esfera jornalística e da literária entre elas. Nessas esferas, variados modos retóricos são usados para descrever, nomear e atribuir significação identitária a grupos sobre os quais as denominadas “elites simbólicas” visam manter o controle (cf. VAN DIJK, 2010, p. 53).

Concebemos como discursos de resistência os discursos que visam à transformação das relações de dominação e a emergência de novos investimentos ideológicos. Tais discursos se caracterizam por apresentar e promover a construção de novos modos de identificação e novas formas de relações sociais, dissidentes do padrão hegemônico. Nesse sentido, resistir, enquanto prática discursiva, é desafiar padrões identitários hegemônicos e criar para os sujeitos novas formas de afirmação da existência.

A velhice foge dos ideais culturais de beleza e produtividade que moldam os modos de identificação dos sujeitos na sociedade ocidental atual. A velhice não se ajusta a essa forma

estereotipada de ser; possui características, ritmos e beleza próprios. O velho, ao escapar desses projetos e não conseguir se enquadrar nessa padronização, vê sua condição de sujeito social e de sujeito desejante ser, muitas vezes, negada.

Os discursos de resistência, especialmente os que se ligam aos modos de construção identitária, são maneiras dissidentes e contra hegemônicas de representação do mundo e de posicionamento das identidades. As resistências ocorrem no interior das práticas sociais, nas quais se estabelecem as relações de poder. Nesse sentido, é preciso pensar os discursos de resistência como meios que os agentes sociais usam para instabilizar as formas recorrentes de exercício e instauração do poder nas relações. Disso trata a reflexão aqui proposta: discutir tanto os processos hegemônicos de controle de identificação aplicados aos velhos, quanto as manifestações de resistência apresentadas em discursos autobiográficos, produzidos por dois sujeitos que assumem suas identidades de velhos.

2. Discurso e poder

Concebido no âmbito de práticas sociais e discursivas, o poder constrói-se e revela-se como uma multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio social, isto é, um conjunto de forças inerentes aos processos e às relações sociais. Segundo Foucault (1988), o poder não constitui um objeto delimitado, uma instituição ou uma potência de que alguns sejam dotados. É, na verdade, um conjunto de condições e posições estratégicas que sujeitos e instituições ocupam na trama social e discursiva.

Nesse sentido, são as estruturas e as relações – políticas e sociais – que dão condições para que determinados agentes sociais exerçam poder sobre outros, em variados níveis de profundidade e com variados graus de assentimento e resistência. Isto é, o poder é parte constituinte do modo como as relações que se desenvolvem no âmbito das instituições, organizações, convenções e normatizações sociais.

Por definição, nem todo poder constitui, necessariamente, uma prática abusiva de poder. Torna-se abusivo quando há ações sociais e discursivas que submetem sujeitos ou grupos sociais a situação de dominação e exploração que visa sustentar os interesses daqueles que a controlam, subvertendo princípios éticos e humanos. Noutros termos, as formas abusivas de poder se estabelecem quando o poder é usado em favor dos interesses de quem o exerce e contra os interesses do outro, situando-o numa condição de subalternizado e desencadeando variadas formas de desigualdade e injustiça social (VAN DIJK, 2008).

Os regimes de poder instaurados nas relações sociais atuam sobre as diversas ações dos sujeitos. Neste trabalho, focalizamos fundamentalmente as práticas de exercício e de abuso de poder relacionadas às ações discursivas identitárias e às formas de resistências daí decorrentes.

O poder discursivo se manifesta ora em normas sociais explícitas, ora em normas sociais implícitas, indicando e constringendo as práticas discursivas dos sujeitos. Como postula van Dijk (2008, p. 18), “as pessoas não são livres para falar, escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia”.

Algumas manifestações discursivas são explicitamente controladas pelo Estado, por meio de diversos instrumentos de poder. Gêneros textuais altamente ritualizados, como documentos públicos, devem ser produzidos, atendidos ou consumidos por meio de ações próprias e previstas, sem que seja admitida qualquer manifestação identitária individual. Por exemplo, não cabe a uma pessoa manifestar sua insatisfação com a qualidade do serviço público se o formulário a ser preenchido não fizer tal previsão. Nesses casos, vê-se claramente as instâncias de controle em operação. Contudo, certas formas de poder discursivo apresentam uma configuração mais maleável. Há discursos que se inserem em ordens discursivas que obscurecem o poder aí exercido. Nesses casos, certas operações discursivas se impõem, não porque resultem de uma forma específica e inapelável de poder institucional, mas porque encontram amparo e sustentação ideológica nas práticas sociais cotidianas, no senso comum e nas diversas formas de distribuição discursiva.

Destaca-se, nesse contexto, outro aspecto importante do poder discursivo. Trata-se do acesso privilegiado que certos grupos sociais têm a uma série de recursos, bens, tecnologias e instrumentos simbólicos de circulação discursiva. Nesse sentido, o “discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual” (VAN DIJK, 2008, p. 89). As elites simbólicas detêm certo poder sobre os meios de circulação, difusão e reprodução discursiva, estabelecendo aí agendas específicas sobre gêneros, estilos e representações discursivas. Como já foi ressaltado, o abuso de poder se estabelece quando essas elites fazem uso dos recursos simbólicos que detêm para sustentar e manter os próprios interesses em detrimento dos interesses de grupos sociais minoritários e marginalizados. Em casos assim, são construídas narrativas que legitimam a condição de poder dessas elites e a condição de subalternização de outros grupos sociais. Narrativas dessa natureza atuam na fabricação de consensos ideológicos identitários, através dos quais certas identidades

sociais são representadas insistentemente de forma negativa (THOMPSON, 2011).

Em discursos de ampla constituição e circulação na nossa sociedade, é comum ver-se que as formas hegemônicas de identificação de pessoas idosas se inserem num quadro de abuso de poder por duas razões, pelo menos. O poder discursivo aí exercido, por um lado, se opõe aos interesses dos próprios sujeitos identificados como velhos, estigmatizando-os e marginalizando-os; por outro, cria e consolida diversos interesses em favor de uma sociedade identificada com o jovem. Como resultado, esses discursos geram um quadro de desigualdade e injustiça sociais.

3. Discurso e identidade

O modo como os agentes sociais – envolvidos nas relações discursivas e sociais de poder – constroem para si a consciência de eu e o senso de participação em determinado grupo social envolve um conjunto complexo de operações subjetivas, sociais, culturais e discursivas. Essas várias vinculações fazem da constituição identitária um processo complexo.

Em termos gerais, a construção das identidades pode ser vista sob o viés pessoal e social. Embora indissociáveis, os processos de identificação pessoal e de identificação social podem ser caracterizados da seguinte maneira: a identidade pessoal se relaciona com a construção da subjetividade, e a identidade social se relaciona com circunstâncias sociais em que as pessoas vivem e com processos sociais nos quais os agentes sociais desempenham determinados papéis (MAGALHÃES, 2006).

Um primeiro aspecto a ser destacado a respeito da construção individual do senso de identidade é que esse processo envolve as diversas identificações e introjeções do indivíduo ao longo de sua biografia. Em *À guisa de introdução ao narcisismo*, Freud (1914/2004) aponta a importância dos ideais familiares e culturais na construção do Super-eu, instância reguladora do desejo e representante interna da realidade externa. Inicialmente, o bebê é colocado em um lugar de intenso investimento narcísico dos pais. Freud destaca que os pais buscam realizar o próprio narcisismo através do(a) filho(a). Constrói-se, assim, o Eu-ideal, portador do narcisismo paterno. A subjetividade é investida, desde a sua origem, de emblemas simbólicos e imaginários. Simbólicos porque precisa responder ao nome próprio, sexo e parentesco; e imaginários devido à idealização feita pelos pais. Kupermann (2003) afirma que o encontro entre o investimento parental inicial e os investimentos pulsionais do bebê conduz à emergência dessa nova ação psíquica que permite a unificação da imagem de si – o narcisismo primário.

Em decorrência desse processo, erige-se um Eu-ideal depositário da perfeição e completude.

Entretanto, o sujeito não permanece nesse estado de plenitude por muito tempo:

as admoestações próprias da educação, bem como o despertar de sua capacidade interna de ajuizar, irão perturbar tal intenção. Ele procurará recuperá-lo então na nova forma de um Ideal-de-Eu. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal (FREUD, 1914/2004, p. 112).

Nesse sentido, o Ideal-de-Eu é impregnado pelos valores, ideais e interdições sociais transmitidos pelos discursos parentais. Kupermann (2003) nos afirma que o Eu se constrói através dos processos identificatórios mediados pela linguagem.

O Ideal-de-Eu, instância herdeira do Complexo de Édipo e portadora da *imago* paterna, torna-se alvo do investimento narcísico. Como desdobramento de todo esse processo, essa nova instância carrega a marca da alteridade – o Eu percebe a necessidade da intermediação do outro para a realização de seu desejo. O Eu é, portanto, uma construção intersubjetiva. Constitui-se, em grande parte, a partir daquilo que idealizamos e fantasiemos causar no outro, e gozamos, em grande medida, com o usufruto dessa condição. “Nosso desejo é o de fazer o outro nos desejar, e nossa satisfação consiste em alcançar, na realidade ou na imaginação, o que antecipamos de forma imaginária” (COSTA, 2005, p. 73). Assim, durante a primeira infância, a criança apreende que sua realidade é regida pelo desejo dos outros que se manifesta através do espelho presente no olhar.

A alteridade fornece, portanto, subsídios para a construção ideal que guiará o sujeito. Modular as frustrações e buscar novos objetos de investimento pulsional é função desse Ideal-de-Eu pautado na alteridade. O olhar do Outro estará sempre presente. Assim como em todas as etapas da vida, a imagem de si, na velhice, está ancorada nos processos de identificação construídos a partir do outro e intermediados pelos ideais culturais (FREUD, 1914/2004). Dessa forma, podemos afirmar, juntamente com Green (1988), que “a identidade não é um estado, é uma busca do Eu que só pode receber sua resposta reflexiva através do objeto e da realidade que a refletem” (p. 45). Como em um espelho, ou vários, a realidade reflete a identidade do sujeito que, por conseguinte, constrói uma imagem de si.

Do ponto de vista da identidade social, pode-se dizer que há um conjunto de fatores sociais, culturais e discursivos que atuam na modelagem de estereótipos e matrizes de identificação. Como enfatiza Magalhães (2006, p. 27), “as identidades são criadas no contexto

das relações sociais e culturais – são ativamente produzidas no discurso, e é por meio dele que são instituídas”.

Pensar nos modos de identificação do sujeito velho na contemporaneidade implica, portanto, assumir que os elementos formadores dessa identidade provêm tanto da sua história de vida quanto dos processos histórico-sociais (representações, atividades, concepções, papéis, tipo de sociedade, influência de classe, entre outros) dentro dos quais o velho se insere como sujeito da velhice. Dentre os elementos sociais envolvidos na construção dos modos de identificação do velho, concentramos nossa análise nos aspectos discursivos, isto é, nos modos como aspectos identitários da velhice são construídos nas diversas narrativas sociais.

Entendemos uma narrativa social como um conjunto de manifestações discursivas que apresentam, de modo relativamente coerente, os conceitos e as trajetórias de um determinado objeto de discurso. Por exemplo, a identificação da velhice como ‘melhor idade’, como se verá de modo mais aprofundado em análise adiante, é construída a partir de narrativas de determinados grupos sociais. Esse conceito – ‘melhor idade’ – emerge como consequência de políticas públicas voltadas para o bem-estar do velho, dando origem à distinção entre o velho rico – o idoso que se encontra na ‘melhor idade’, com proteção social e apto para o consumo – e o velho pobre – a pessoa que está na velhice, em situação de vulnerabilidade social (DEBERT, 1999, 2006).

As práticas discursivas constroem parâmetros para as identidades, fornecendo aos sujeitos sociais um conjunto de matrizes de significados a partir dos quais eles podem se sentir parte de um grupo e desenvolver certas práticas sociais. É nesse sentido que as identidades são construídas discursivamente. Não há modos de identificação que prescindam do discurso. É nas diversas manifestações discursivas que os agentes sociais encontram meios para representar e identificar a si mesmos, bem como meios para dar sentido às próprias ações e às ações do outro enquanto se engajam nas relações sociais.

É nessa esteira que a ADC (cf. FAIRCLOUGH, 2003) defende que o discurso figura nas práticas sociais como meio de representação, ação e identificação. Entre os três aspectos constitutivos do discurso (associados às funções relacional, ideacional e identitária), “a função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Para isso, os agentes sociais lançam mão de variados modos de estilos, potencializados pelo discurso (formas de lexicalização, ordenamento oracional, elementos intertextuais, elementos semânticos etc.), para construir para

si e para o outro certas formas de identificação. Por isso, os modos de identificação discursiva estão associados às relações de poder. Nesse sentido, instituições e grupos hegemônicos se valem das mais variadas formas e práticas discursivas para construir modos de identificação que garantam as posições conquistadas nas tramas sociais – e as favoreçam. Constroem-se identificações positivas para sujeitos sociais pertencentes aos quadros das elites simbólicas e dos grupos sociais hegemônicos, e, por força da manutenção de seu próprio poder, identificações negativas e estigmatizadas para os outros sujeitos sociais.

4. Discursos de resistência

No movimento dialético de construção discursiva de identidades, forças de reprodução e de transformação das práticas sociais são responsáveis por manter um certo equilíbrio na tensão social. Onde há poder há resistência, diz Foucault (1988). Por isso, as resistências não podem ser vistas como algo exterior às relações de poder ou como pontos ocasionais de contestação. As diversas formas de resistência acontecem na imanência das relações. Foucault (1988, p. 91-92) apresenta discussão importante sobre o modo como operam as resistências. Elas

não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos [...]. Elas são o outro termo das relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço.

Rupturas radicais podem decorrer de movimentos de resistência, porém o mais comum é que as resistências constituam pontos móveis e transitórios, “que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Certas formas de resistência, ainda, podem adquirir significado especial por se estabelecerem, no plano das relações, de modo mais articulado e com maior capacidade de desestabilizar os regimes de controle hegemônicos. Trata-se de formas de resistência com maior potencial para resistir às relações de controle e provocar mudança social.

Em termos identitários, podemos citar as resistências discursivas em torno das identidades de gênero como movimentos articulados e com grande potencial para promover

mudanças sociais. As ações discursivas de resistência, nesse âmbito, têm conseguido instabilizar os modos de identificação hegemônicos, e promover novos modos de identificação de gênero, não mais baseados nos tradicionais modelos binários, de cunho essencialistas.

No que diz respeito às identidades, as resistências discursivas – ou de outra natureza social – têm como objetivo desvelar e denunciar as bases ideológicas e os projetos de dominação sobre quais certos sistemas de identificação social são construídos. Evidentemente, tais ações buscam apontar caminhos para a mudança social. Noutros termos, podemos dizer que discursos e outras práticas de resistência dessa natureza abrem espaço para que novos projetos identitários ganhem força, visibilidade e legitimidade social, instabilizando a condição de hegemonia e naturalização que dão força a alguns discursos e representações identitárias.

Os discursos de resistência identitária podem acontecer em duas instâncias sociais: no espaço da ciência, onde atuam criticamente analistas sociais e analistas do discurso; e no espaço próprio das realizações discursivas, onde atuam sujeitos sociais críticos das situações de dominação. No que se refere ao primeiro espaço, os discursos de resistência se caracterizam por buscar desvelar as estratégias de dominação discursiva utilizadas pelos discursos hegemônicos. No que se refere ao segundo espaço, os discursos de resistência se caracterizam por apresentar novos modos de construção e representação das identidades e relações sociais, abertamente dissidentes ao padrão hegemônico.

A partir da concepção foucaultiana, Maciel (2014) ressalta o aspecto criativo do ato de resistir. A resistência, enquanto oposição à reação, cria possibilidades de “existência a partir de composições de forças inéditas” (p. 2). Como veremos na análise, o discurso de alguns velhos reflete uma resistência em face de representações e demandas hegemônicas que constroem o velho a uma busca frenética pelos ideais contemporâneos de beleza e produtividade.

A partir do conceito de discurso de resistência, podemos pensar as práticas discursivas do velho sobre si mesmo como um espaço por meio do qual ele pode construir para si identidades que se oponham a padrões hegemônicos, criando assim um espectro de poder que instabiliza a hegemonia. Encontramos nos escritos autobiográficos de Rachel de Queiroz e Rubem Alves manifestações discursivas que demonstram haver pontos de instabilidade nas representações hegemônicas. Isso significa que há, no interior das ordens de discurso, vozes dissidentes que se engajam em lutas e conflitos, mostrando que as práticas sociais e discursivas relativas à velhice se encontram abertas à desarticulação e rearticulação. Não se trata de acreditar ingenuamente que os discursos de resistências são sempre efetivos no trabalho de

reconstrução das identidades. Trata-se de reconhecer que os sujeitos não apenas reproduzem ideologias: eles também têm condições discursivas de questionar e resistir a certos modos de identificação que lhes são desfavoráveis.

Isso se dá porque os sujeitos, ao se engajarem em suas práticas discursivas,

são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 21).

A escrita de Rachel de Queiroz e Rubem Alves, dentre outros escritores brasileiros, apresentam discursos de resistência aos modos de identificação hegemônica do velho. Nosso objetivo é, a partir da análise de crônicas desses escritores, mostrar como eles constroem uma imagem dissidente da velhice. Analisar como a resistência à identificação estereotipada da velhice se constrói por meio de ações que desafiam padrões identitários e de ações que criam novas formas de existência para o velho. Dentre as estratégias de resistência observadas, citamos a busca por transformar o modo como os discursos hegemônicos e do senso comum identificam a velhice, tratando-a como dócil, assexuada, decrépita e improdutiva. Destacamos, para isso, três formas de resistência: (a) resistência ao velho como sujeito decrépito e incapaz; (b) resistência ao velho como sujeito infantilizado e assexuado; (c) resistência ao velho como sujeito improdutivo.

5. Aspectos metodológicos

5.1. Crônicas escolhidas e critérios utilizados

Para compor o *corpus* de pesquisa, foram selecionados escritos autobiográficos de Rachel de Queiroz, cronista e romancista cearense, nascida em 1910 e falecida em 2003; e de Rubem Alves, educador e escritor mineiro, nascido em 1933 e falecido em 2014. Antes de decidir pela inclusão desses autores, a escolha passou por um panorama de vários escritores brasileiros que escreveram acerca do próprio percurso existencial. Adélia Prado, Carlos Heitor Cony, Cora Coralina, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Lya Luft, Mário Quintana, Rubem Alves e Rachel de Queiroz são alguns escritores brasileiros que escreveram suas memórias, seja em prosa ou em versos, e sobre a própria velhice. Estabelecemos, então, os seguintes critérios de inclusão/exclusão: (a) textos autobiográficos escritos após a entrada na

velhice, ou seja, após o autor ter completado 60 anos de idade; (b) textos autobiográficos acerca do próprio envelhecimento (e memórias); (c) gênero crônica.

A partir desses critérios, chegamos à delimitação de seis crônicas autobiográficas que tematizam a velhice, corpo e tempo. São quatro crônicas de Rubem Alves e duas de Rachel de Queiroz.

Quadro 1. Crônicas analisadas.

Autor	Crônica	Publicação original
Rachel de Queiroz	Nunca vi tanto santo junto!	<i>O Estado de São Paulo</i> , 06 ago. 1994, Caderno 2, p. 78.
	De armas na mão pela liberdade	<i>O Estado de São Paulo</i> , 18 nov. 1995, Caderno 2, p. 112.
Rubem Alves	Testamento	<i>Se eu pudesse viver minha vida novamente</i> , 2004 [Livro]
	A pior idade	<i>Folha de S. Paulo</i> , 03 fev. 2009, Cotidiano.
	Os velhos se apaixonarão de novo...	<i>As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer</i> , 2001 [Livro]
	Quando o inverno chegar	<i>Folha de S. Paulo</i> , 03 mar. 2009, Cotidiano.

5.2. Sobre o gênero crônica e a narrativa autobiográfica

Caracterizada por sua brevidade e linguagem cotidiana, a crônica relata fatos cotidianos, em muitos casos autobiográficos, com um olhar estético. Por sua linguagem leve e ‘composição solta’, a crônica consegue tratar com naturalidade assuntos um tanto pesados e controversos. O ato de escrita da crônica coloca em cena o cronista, “aquele que faz do tempo presente, tempo do vivido, a sua fonte de inspiração”, declara Pesavento (2004, p. 64). Para além do verdadeiro e falso, as crônicas servem como pistas do tempo e da subjetividade do escritor. Contar histórias acerca do que foi presenciado faz do cronista um narrador do cotidiano e da própria história. Essa característica aponta a um resgate e uma recriação do narrador descrito por Benjamin (1936/1987). A fonte a que recorrem os narradores se encontra na experiência que é transmitida de pessoa a pessoa, ou seja, na experiência da vida cotidiana e na própria experiência. Benjamin afirma que “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (p. 198).

Um aspecto marcante do narrador é, para Benjamin (1936/1987), sua capacidade de utilizar a própria experiência ou a relatada pelos outros como fonte para sua narrativa, além de incorporar o narrado à experiência dos seus ouvintes. Em *A modernidade e os modernos*, Benjamin afirma que “a narração não visa, como a informação, a comunicar o puro em-si do acontecido, como experiência, aos que escuta. Assim, no narrado fica a marca do narrador,

como a impressão da mão do oleiro sobre o pote de argila” (1955/2000, p. 36-37). Essa capacidade de falar de si, se conectar à experiência do outro e deixar sua marca na narrativa faz do cronista um sujeito capaz de associar a estética da vida ao conhecimento técnico.

Ressaltamos que as crônicas podem constituir meio para compreensão da visão de mundo e da subjetividade do autor. Permeadas por questões que refletem não apenas a singularidade do escritor, a crônica toca o que é comum ao ser humano, além de incorporar o narrado à experiência dos seus ouvintes/leitores.

6. Marcas discursivas de resistência identitária

6.1. Resistência à identificação do velho como sujeito decrépito e incapaz

Na crônica *De armas na mão pela liberdade*, Rachel de Queiroz resiste veementemente à representação do velho como sujeito incapaz, que só pode agir sob supervisão do outro. A crônica toma como ponto de partida uma notícia de jornal. Rachel de Queiroz faz a seguinte declaração no parágrafo de abertura: “Não estou inventando: saiu no jornal: ‘Em Porto Alegre, senhora de 90 anos (90, sim) arma-se com dois (dois!) revólveres e abre caminho para a rua, garantindo o seu direito de ir e vir’”.

Na sequência, Rachel de Queiroz apresenta uma série de argumentos contestando a identificação do velho como um sujeito decrépito, cujo corpo se tornou incapaz de se movimentar com autonomia:

1. Na mentalidade da maioria das pessoas, velho é pra viver preso, na casa, no quarto; o ideal é uma cadeira de rodas, mas nem sempre a conseguem. E o infeliz do idoso quase nunca pode se defender da solicitude dos mais moços, filhos, parentes, guardiões; “Não coma esse doce, olha o diabetes!” (como se o doce fosse de arsênico). “Cuidado, não vá tropeçar!” “Calma, segure bem no corrimão!” (...) E os mais solícitos ou mais medrosos nos seguram com tanta força o braço que até parecem estar carregando às grades um preso renitente. (...). Verdade que nessas campanhas caritativas em prol da “terceira idade” eles brincam carinhosamente com a ideia de dois velhos dançando (na televisão, os velhotes dançarinos sempre ensaiam um tango argentino e são vestidos à moda de 1925, ela já de saia meio curta de melindrosa e ele de colete e polainas!). Botam os velhos para estudar vestibular, ou pra fazer ioga, para treinar pintura a óleo (flores e paisagens rústicas), a cantar em coros etc. etc. Ninguém parece entender que a primeira condição para o velho não se sentir tão velho é deixá-lo sentir-se livre. Resolver seus problemas pessoais; ser ele próprio quem conte os seus sintomas ao médico, ser ele próprio quem decide se toma ou não os

remédios prescritos – como faz todo mundo. Deixar que ele se liberte um instante ao menos da tutela dos “entes queridos” e não lhe ralhar se ele, liberado, der uma topada, um tropicão, no exercício dessa liberdade. Deixá-lo que durma só, que não lhe apareça ninguém no quarto à meia-noite, perguntando se ele está insone (está muito feliz, lendo), se esqueceu de tomar o Lexotan... (2002, p. 116).

As marcas de resistência à identificação do velho como alguém incapaz de gerir o próprio corpo e a própria liberdade, ora se manifesta no discurso direto (“Não coma esse doce, olha o diabetes!”, “Cuidado, não vá tropeçar!”, “Calma, segure bem no corrimão!”), ora se manifesta na narrativa de contato corporal (“E os mais solícitos ou mais medrosos nos seguram com tanta força o braço que até parecem estar carregando às grades um preso renitente”).

No discurso de resistência de Rachel de Queiroz, a representação que o outro constrói para o velho se manifesta por meio de duas vozes sobrepostas. Uma fala sobre o sujeito incapaz visto pelo outro, outra fala sobre a imagem que o idoso tem de si mesmo. É a conjugação desses pequenos traços, pequenas identificações, reeditadas durante a vida que moldam a identidade do sujeito, mesmo na velhice, afirma Mucida (2009). As relações imbricadas e indissociáveis entre a percepção interna e o reflexo externo fazem com que o que é introjetado do Outro se torne parte de si mesmo. Quando o sujeito sofre frustrações no âmbito social, na velhice ou em qualquer outra etapa da vida, devido à incapacidade de cumprir os ideais culturais, instala-se nele um conflito entre o Eu e o Ideal-de-Eu. Esse conflito pode conduzir a estados depressivos, como analisa Mucida (2009). Na velhice, esse embate pode ser acirrado quando padrões de beleza jovial e produtividade não se aplicam mais, mas permanecem como ideais a serem cultivados. Quando o sujeito velho não mais supre essa demanda social, passa a ser tutelado pelas pessoas à sua volta, como se sua autonomia deixasse de existir. O velho perde a liberdade de se expressar e de se movimentar, em casa e na vida. Rachel Queiroz reivindica, na crônica, a identificação do velho como um sujeito capaz de conduzir livremente sua vida, e não ser repreendido quando, no exercício da liberdade, “der uma topada, um tropicão”.

6.2. Resistência à identificação do velho como sujeito infantilizado e assexuado

As próprias expressões comumente disseminadas com referência à velhice – terceira idade e melhor idade – desencadeiam uma espécie de ‘higienização’ da velhice. O velho, tratado respeitosamente como *idoso* ou integrante da *terceira ou melhor idade*, é um sujeito cuja sexualidade e singularidade são negadas.

Em *Nunca vi tanto santo junto!*, Rachel de Queiroz (2002, p. 45) marca como resistência sua indignação com a forma como os velhos são tratados e alienados da sociedade:

2. 'Terceira Idade'. Por que 'terceira'? Terceira de quem? Como membro da população de velhos do país, ressinto-me e recuso-me a ser arrolada numa minoria, afastada dos demais cidadãos. Afinal, a lei não nos discrimina: nós, os velhos, podemos votar e ser votados, o que é o primeiro direito da cidadania. Podemos comprar, vender, negociar, assinar cheques (e testamentos!); fazer tudo que os demais cidadãos podem fazer, se estão de bem com a lei. Então, para que essa invenção de "Terceira Idade"? Botar um bando de velhos e velhas dançando tango argentino, em festinhas de caridade, para mostrar como são tão engraçadinhos, parecem crianças!

A expressão 'terceira idade' parece provocar no imaginário a necessidade de abandono do desejo. A imagem dos velhinhos tentando dançar tango argentino em roupas da década de 1920, descrita por Rachel de Queiroz, nada tem de objeto de desejo. O olhar do Outro indica isso. O sofrimento surge quando o sujeito deixa de ser objeto de desejo, subjugado a um discurso no qual seu corpo é segregado do amor e negado em seu desejo.

Rubem Alves constrói resistência semelhante na crônica *A pior idade*:

3. Deve ter sido um demônio zombeteiro disfarçado de anjo que inventou que a velhice é a "melhor idade". Chamar velhice de "melhor idade" só pode ser gozação, ironia, dizer o contrário do que se quer dar a entender. (...). A coisa mais humilhante da velhice é quando a gente começa a ser tratado como 'objeto de respeito' e não como 'objeto de desejo'. Não quero ser respeitado. Quero ser desejado (2009a).

Na adolescência, o luto pelo corpo infantil abre caminho para a assunção do corpo adulto, desejado e festejado. Na velhice, entretanto, o corpo que se destaca, além de não ser valorizado e cultuado, não traz promessas de novos ganhos (MUCIDA, 2009). Contrariamente, aponta para o fim de tudo. Ao deixar de ser objeto de desejo, a sexualidade do velho é negada e barrada. Assim, os rearranjos libidinais se tornam mais difíceis. O reflexo de sua imagem no espelho negativo do outro reforça a representação social de que o velho precisa ter vergonha do corpo desejanter. Rubem Alves escreve na crônica *E os velhos se apaixonarão de novo...*:

4. Amor de mocidade é bonito, mas não é de se espantar. Jovem tem mesmo é que se apaixonar. Mas o amor na velhice é um espanto, pois nos revela que o coração não envelhece jamais. Pode até morrer, mas morre jovem. O amor

tem poder mágico de fazer o tempo correr ao contrário (...) A sociedade inteira ensina aos velhos que o tempo do amor já passou, que o preço de serem amados por seus filhos e netos é a renúncia aos seus sonhos de amor (...). A conclusão [da vida] deve ser um orgasmo de alegria. Se eu pudesse, acrescentaria aos textos sagrados, nos lugares onde os profetas têm visões da felicidade messiânica, outra visão que, penso, até o próprio Deus aprovaria com um sorriso: “E os velhos se apaixonarão de novo...” (2001, p. 103-104)

O toque, o olhar, o desejo alheio são indícios de que o corpo pulsional e simbólico estão presentes. A resposta do outro auxilia o sujeito a lidar com o vazio da imagem do corpo envelhecido e a dar novos contornos e novas simbolizações às castrações do real.

Rubem Alves faz uma retomada intertextual da profecia bíblica para construir um discurso de resistência. Ele reposiciona o papel do velho na profecia como aquele que apaixonava, uma ação essencialmente corporal, concebida pelo senso comum como algo próprio do corpo jovem. Rubem Alves também subverte o discurso religioso que comumente nega a paixão e os desejos do corpo. Assim, o curso da profecia é alterado de modo dissidente e criativo: mais do que sonhar (uma ação identificada com o espírito), os velhos precisam se apaixonar novamente, uma ação que só pode ser atualizada corporeamente.

Por mais que os sonhos reflitam um futuro como possibilidade de novos rearranjos, se apaixonar diz respeito a um presente a ser usufruído e compartilhado. É a alteridade que contorna o corpo angustiado pela sensação de desamparo e aniquilação. Dar contorno à dor e ao vazio da imagem são formas de lidar com a consciência da finitude do corpo.

As marcas, as dores, os olhares, as perdas de atributos estéticos são ecos da mortalidade. A finitude, irrepresentável, é angustiante. Essas perdas narcísicas confrontam o sujeito com a possibilidade da castração real da morte, mas, afirma Birman (1997), podem ser elaboradas em conjunto com um real que ofereça ao velho possibilidades de substituição simbólica das perdas. As relações de avosidade, o investimento na saúde física, preservação da autonomia, respeito às escolhas e decisões são exemplos de como o ambiente à volta do idoso pode auxiliá-lo a elaborar essas perdas. A substituição simbólica das perdas abre possibilidades para o velho encontrar formas de reestetizar a própria da velhice.

6.3. Resistência à identificação do velho como sujeito improdutivo

Na crônica *Quando o inverno chegar*, Rubem Alves (2009b) marca sua estratégia de

resistência pelo relato acerca de uma palestra direcionada a um público de idosos. Na palestra, provocou seus ouvintes ao afirmar que eles finalmente haviam chegado à época da vida em que eram completamente inúteis. O público reagiu indignadamente. Alves descreve a situação:

5. Feitas as introduções e apresentações preliminares, chegou a minha vez. Fiz silêncio. Olhei demoradamente para os idosos que esperavam de mim um elogio à terceira idade e comecei: “Então os senhores e as senhoras chegaram finalmente a esse glorioso momento da sua vida em que podem se entregar à felicidade de serem totalmente inúteis...”.

Aí aconteceu o que eu sabia que aconteceria. Não me deixaram continuar. Fui imediatamente interrompido por protestos indignados [...].

Falavam movidos pela ideologia da nossa sociedade, que julga as pessoas da mesma forma como julga as lâminas de barbear, as esferográficas e os filtros de café. Uma lâmina de barbear rombuda, uma esferográfica esgotada, um filtro de café usado deixaram todos de ter utilidade e vão para o lixo. O mesmo acontece com os seres humanos que deixaram de ser úteis. Esgotada a indignação contra mim, acalmados os ânimos, a palavra me foi devolvida: “A Nona Sinfonia de Beethoven é absolutamente inútil. Não há coisa alguma que se possa fazer com ela. Mas uma vassoura, ao contrário, é muito útil. [...] Vocês estão me dizendo que preferem a vassoura útil à Nona Sinfonia inútil.

Vejam esse poeminha da Cecília Meireles: “No mistério do Sem-Fim equilibra-se um planeta. No planeta, um jardim. No jardim, um canteiro. No canteiro, uma violeta. E na violeta, entre o mistério do Sem-Fim e o planeta, o dia inteiro, a asa de uma borboleta”.

Pra que serve esse poema? Pra nada. É inútil. Já o papel higiênico é muito útil. Vocês estão me dizendo que, no seu julgamento, o papel higiênico vale mais que o poema.

Repentinamente os rostos indignados se abriram em sorrisos. E aprenderam a sabedoria dos poetas e artistas, tão bem resumida no aforismo de William Blake: “No tempo de semear, aprender. No tempo de colher, ensinar. E quando o inverno chegar, gozar”.

Na velhice, com o fim do ciclo de exigência produtiva do trabalho, a experimentação do tempo comprimido parece abrir lugar para um tempo mais distendido. A aposentadoria, um marco social dessa etapa, concede ao sujeito velho um desprendimento de uma rotina organizada em torno do trabalho e suas obrigações.

A nova condição de aposentado desencadeia uma série de consequências sociais e psíquicas que desafiam o velho a um rearranjo interno e externo. Surgem novas identificações discursivas associadas à (im)produtividade, diante das quais o sujeito velho precisa reposicionar sua identidade: (a) consentir com o discurso que o identifica como um sujeito social que chegou

ao limite de sua capacidade produtiva, reforçando e reproduzindo o discurso hegemônico; ou (b) identificar-se como sujeito social que chegou a um ciclo da vida cujas características e demandas são holísticas, resistindo, assim, à representação identitária da velhice pelo viés exclusivo da capacidade laboral e produtiva.

A identidade do homem moderno foi cunhada sob a égide identitária da produtividade. A modernidade se estabeleceu a partir das bases econômicas do capitalismo em que o imperativo da produtividade assume posição de destaque. Até a Idade Moderna o tempo era demarcado entre o tempo do sagrado e o tempo profano, isto é, o do trabalho e da vida cotidiana, analisa Kehl (2009). Os sinos nas torres das igrejas marcavam o tempo do sagrado: as horas das missas, orações matinais e funerais. O tempo do trabalho era regido pelos ciclos da natureza: amanhecer e anoitecer, estação de chuva e de estiagem, tempo de plantar e tempo de colher. A Igreja controlava a utilização do tempo com seus jejuns, festas, regras para desfrutar da sexualidade. Com a modernidade e o desenvolvimento da noção de indivíduo, o tempo passou a ser marcado e experimentado de forma diferente. A partir da organização do tempo em forma de calendário, com divisões em dias, meses e anos, e em forma de horas, minutos e segundos, a subjetividade do homem se modificou. Em análise acerca do tempo, Elias (1998) ressalta que essa “série contínua de símbolos numéricos que indica a idade de uma pessoa fica carregada de uma significação biológica, social e pessoal e, desta maneira, desempenha um papel importante no sentimento de identidade pessoal e de sua continuidade através do que denominamos de ‘curso do tempo’” (p. 57). A própria experiência do ciclo vital se tornou uma experiência individualizada, afirmam Giddens (2002) e Heller (1980).

Apesar da individualização da marcação do tempo, este passou a ser controlado pelas demandas do capital. Kehl (2009), Lipovetsky (2007) e Sennett (2005) parecem concordar que, na contemporaneidade, os sujeitos são sempre instados a aproveitar o tempo e fazer render a vida, até mesmo nos períodos de lazer. Dessa forma, a identidade está atrelada tanto à ideia de tempo quanto de produtividade. Sennett (2005) destaca que esse imperativo de produtividade levou à construção da ideia de que “não se mexer é sinal de fracasso, parecendo a estabilidade quase uma morte em vida” (p. 102).

Arendt (1958/2007; 1967/2005), levanta questões cruciais para a compreensão da relação do homem com o trabalho. Ao diferenciar trabalho, obra (fabricação) e ação, Arendt distingue formas de estar no mundo e de lidar com questões próprias da condição humana. Essa condição depende do trabalho para suprir as necessidades básicas que mantém o organismo

vivo. Depende da obra na criação de condições e objetos para abrigar e suprir o corpo humano, e necessita da ação que organiza a vida em sociedade e cria condições para a “quietude da contemplação” (1967/2005, p. 176). A vida contemplativa, propiciada pela ação, se contrapõe à vida ativa decorrente do trabalho e da ação, mas não independe dela.

O trabalho está intrinsecamente ligado à necessidade. Com a aposentadoria, a necessidade é, para alguns, suprida. A vida ativa, desobrigada da subsistência, abre espaço para que a vida contemplativa derivada da ação ganhe forças. Cabe ressaltar que a ação necessita se desenvolver concomitantemente ao trabalho e à obra. Além disso, Arendt (1967/2005) observa que a ação se dá nas relações sociais, na pluralidade, na mundaneidade do homem. Daí, observa-se, a dificuldade de muitos velhos em lidar com a aposentadoria e a própria velhice, pois perdem o trabalho e as relações sociais dele decorrentes. O tempo ocioso, para esses idosos, pode se tornar em tempo vazio de significado.

Em seu discurso de resistência, Rubem Alves aponta, em *Quando o inverno chegar*, uma nova base para a significação da velhice. O autor contesta a identificação do sujeito velho a partir da capacidade produtiva. A discussão em torno do conceito de utilidade, eminentemente associado aos objetos e ferramentas, abre caminho para que o velho possa pensar sua identidade a partir do seu significado como humano, recusando a identificação como um uma coisa (in)útil aos processos socioeconômicos.

Rubem Alves resiste à representação do velho como sujeito improdutivo sem aderir à ideologia da produtividade. Ele não buscou convencer os velhos de que eles ainda eram capazes e deveriam continuar produzindo para manter ou reaver o significado e o respeito social. Isso significaria, de algum modo, legitimar a identificação do velho a partir do paradigma da produtividade. O que Rubem Alves faz em seu discurso da resistência é apresentar uma nova base para a identificação humana, apontando para a necessidade de se construir modos de identificação baseados em outros fundamentos, que vão além da utilidade. É preciso romper com a “ideologia da nossa sociedade, que julga as pessoas da mesma forma como julga as lâminas de barbear”. Pensar a identificação e a atividade das pessoas sem o filtro da utilidade significa construir uma nova maneira de dar significado à ação humana no mundo, à qual não se resume a construir e manejar ferramentas.

Na crônica, *Testamento* (2004, p. 64-66), o mesmo autor confessa seu desejo de deixar algo a seus filhos e netos, algo que possa sobreviver à sua morte – as palavras. Em um movimento que, ao mesmo tempo denuncia e resiste, Rubem Alves ressignifica o sentido do

‘testamento’ deixado ao morrer:

6. Mas aquilo que eu realmente desejo dar para os meus filhos não pode ser dado. É coisa que só pode ser semeada, na esperança de que venha a crescer. Acho que a minha situação se parece com a do Vinícius. Também ele queria deixar um testamento. Não de coisas, como se fosse um ritual eucarístico, em que o que se dá aos outros são pedaços do próprio corpo, na esperança de que eles comerão e gostarão. No fundo o que se deseja é a imortalidade: continuar vivos naqueles que comem o que lhes oferecemos como herança. Mas só existe um jeito de dar ao outro aquilo que é a carne da gente: falando. Vejam só que coisa mais pobre: uma herança onde as coisas deixadas são palavras.

O discurso de resistência mostra que a velhice foge ao padrão estereotipado de consumo e ritmo acelerado, pois se assenta em características, ritmos e beleza próprios. Nesse sentido, os modos de identificação do velho que não se enquadram nos ideais culturais de produtividade e consumo se caracterizam como um discurso identitário não-hegemônico. Na contemporaneidade, não aceder aos ideais de produtividade e consumo pode colocar o sujeito num lugar de não-existência, contra o qual deverá resistir. Nas palavras de Lya Luft (2010): “Tenho de ambicionar esses bens, esse *status*, esse modo de viver – ou serei diferente, e estarei de fora” (p. 28). Entretanto, ‘estar fora’ pode se tornar uma prática de resistência quando aponta para formas de reinventar-se, despregado das exigências sociais que alienam o sujeito.

Ainda em *Nunca vi tanto santo junto!*, Rachel de Queiroz (2002, p. 45) marca sua resistência ao discurso hegemônico da produtividade:

7. Velho não precisa de prateleira especial, velho é gente como todo mundo e pode viver normalmente no meio da população, da família, da sociedade. (...). Todo velho tem o direito de viver em paz, até que chegue a sua hora de cair morto. Desculpem o desabafo, mas creio que estou falando em nome de toda a nação de velhos, discriminados arbitrariamente e não pela sua própria incapacidade de viver, já que a maioria vive, à própria custa ou pelo menos dos proventos de sua aposentadoria, honestamente conquistada. Quando a gente precisar, pede ajuda. Em lugar dos paparicos só queremos um pouco de respeito. Não é, meu querido Mário Lago? Como diz você, se estamos vivos, a nossa biografia ainda está em aberto.

Expandir as formas de inserir seus ideais no mundo, objetivando se abrir a vias substitutivas, é uma forma de sentir menos as perdas dessa etapa. “Se o sujeito encontra a via dos ideais para reinscrever seu desejo, criando projetos de vida, não sentirá o desejo se esvaír”,

afirma Mucida (2009, p. 64). Apesar de aposentado de seu trabalho profissional, o sujeito jamais se aposenta de sua ação no mundo. A ação não se reduz às necessidades, como é o caso do trabalho, mas as transcende. A ação se torna resistência ante aos discursos hegemônicos e normativos que impõe a produtividade e o consumo como ideais a serem conquistados. Dessa forma, a resistência pode levar à construção de uma nova forma de se conceber a identidade, a partir da qual a produtividade venha a fazer parte, mas não mais como estrutura inescapável.

7. Considerações finais

Na perspectiva teórica, aqui seguida, de que discursos são modos de agir, além de modos de representar, valores associados à velhice são analisados como representativos da identidade de velhos em crônicas que falam da nossa vida cotidiana. Pelos discursos, seguimos direções de manutenção e reprodução dos valores hegemônicos, mas pelos discursos também rompemos o *status quo* e marcamos resistências.

Os discursos de resistência se caracterizam por apresentar novos modos de construção e representação das identidades e das relações sociais, abertamente dissidentes do padrão hegemônico. Enquanto ação discursiva, resistir é desafiar padrões identitários hegemônicos e criar possibilidade para novas formas de existência. Portanto, práticas discursivas que contrariam imagens acriticamente assentadas de identidades na trama social revestem-se de valor ideológico e de afirmação política.

A velhice, como experiência individual e social, foge ao padrão prevalente de jovialidade, consumo, produtividade e ritmo acelerado presentes nos modos de subjetivação contemporâneos. O velho, ao não se enquadrar a nessa padronização, vê sua condição de sujeito desejante ser, muitas vezes, colocada em xeque. Nesse sentido, a análise de algumas crônicas autobiográficas de Rachel de Queiroz e Rubem Alves nos mostram a possibilidade de construção de uma imagem dissidente da velhice. Encontramos nas crônicas analisadas um discurso que denuncia e, ao mesmo tempo, resiste à identificação social da velhice como dócil, assexuada, decrépita e inútil.

Ambos os escritores criticam o termo ‘melhor idade’ por considerá-lo uma forma de mitigar e idealizar questões sociais, políticas, corporais, afetivas etc. presentes na vida do velho. Além do aspecto crítico, os escritores se engajam em um discurso que visa à transformação dos modos de identificação do velho, especialmente a identificação que reduz o velho a um indivíduo à espera da morte. Ao fugir dos padrões identitários contemporâneos, esses autores

abrem novas vias para reconstrução da própria velhice e novas construções discursivas.

Se consideramos ser a ação discursiva uma das maneiras de ação social e cultural, é possível construir um novo sentido para a vida humana a partir de resistência ao discurso hegemônico que limita a identidade ao trabalho: a ação – social ou discursiva – cria a condição para a lembrança e para a história. O sujeito idoso, quando continua a construir sua ação no mundo, consegue narrar sua história e compartilhá-la, tanto na sua contemporaneidade quanto na posteridade. Arendt (1967/2005, p. 192) ressalta que

a ação sempre produz estórias, com ou sem intenção, tão naturalmente quanto a fabricação produz coisas tangíveis. Essas estórias podem, então, ser registradas em documentos e monumentos, ser contadas na poesia e na historiografia e inseridas em todo tipo de material (...). É precisamente nessas estórias que a verdadeira significação de uma vida humana finalmente se revela.

Arendt afirma ainda que a ação abre o futuro para a possibilidade de sempre fazer nascer algo novo. Nessa perspectiva, sem a ação, o próprio sentido da vida estaria condenado à ruína e à destruição. A ação, afirma Arendt, “é como um lembrete sempre presente de que os homens, embora tenham de morrer, não nasceram para morrer, mas para iniciar algo novo” (ARENDR, 1967/2005, p. 194).

Apesar da força dos discursos hegemônicos, que posicionam a identidade do velho como sujeito decrépito, assexuado e improdutivo, o futuro sempre estará entreaberto para a construção de novos discursos, discursos de resistência que possibilitem a criação de um novo ideal, e de um novo lugar para a velhice. Oferecer e construir espaços para a discussão de outros ideais discursivos, sociais e culturais pode possibilitar o renascimento da velhice em novos termos.

Referências

ARENDR, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. [Obra original publicada em 1958].

ARENDR, H. Trabalho, obra, ação. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 7, n. 2, p. 175-201. 2005. [Obra original publicada em 1967].

ALVES, R. **As cores do crepúsculo**: a estética do envelhecer. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ALVES, R. **Se eu pudesse viver minha vida novamente...** Campinas, SP: Verus, 2004.

- ALVES, R. A pior idade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 fev. 2009a, Cotidiano, p. C2.
- ALVES, R. Quando o inverno chegar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2009b, Cotidiano, p. C2.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. [Obra original publicada em 1936]. v. 1, p. 197-221.
- BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- COSTA, J. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- DEBERT, G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1999.
- DEBERT, G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.), **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 49-67.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.
- FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. In: **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004. [Obra original publicada em 1914]. v. 1, p. 95-131.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.
- HELLER, A. **El hombre del Renacimiento**. Barcelona, Espanha: Ediciones Península, 1980.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KUPERMANN, D. **Ousar rir: humor, criação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LUFT, L. **Múltipla escolha**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MACIEL, A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, v. 6, n. 1, p. 1-8, 2014.

MAGALHÃES, I. Discurso, ética e identidade de gênero. In: MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J. F.; GRIGOLETTO, M. (Org.). **Práticas Identitárias**: língua e discurso. São Carlos: Clara Luz, 2006. p. 71-96.

MUCIDA, A. **Escrita de uma memória que não se apaga**. São Paulo: Autêntica, 2009.

PESAVENTO, S. Crônica: fronteira da narrativa histórica. **História UNISINOS**, v. 8, n. 10, p. 61-80. 2004.

QUEIROZ, R. Nunca vi tanto santo junto!. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 1994, Caderno 2, p. 78.

QUEIROZ, R. De armas na mão pela liberdade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1995, Caderno 2, p. 112.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

Artigo recebido em: 17.01.2016

Artigo aprovado em: 02.05.2016